


D. Wanderley

	COMUNICAÇÃO INTERNA	DATA: 11/10/2018
---	------------------------	---------------------

DE	Recursos Humanos - Andreza Prestes	(<input type="checkbox"/>) P/ HOJE (<input type="checkbox"/>) SEM URGÊNCIA (<input checked="" type="checkbox"/>) URGENTE (<input type="checkbox"/>) PARA
PARA	Setor Jurídico - Wanderley Santos	
REF	Trintenário	

Ilmo. Procurador,

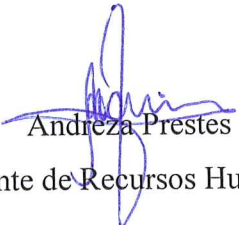
Conforme recomendações do Relatório Técnico de Auditoria realizada na folha de pagamento do SAAE, para ciência e providências hábeis, venho através desta, solicitar um parecer no que tange o item 4.2.4 – “.....bem como dos Trintenários pagos em desconformidade com a legislação”.

Após pesquisa no sistema, segue acostado a este relatório das três formas de pagamento do Trintenário, existente na folha de pagamento do SAAE, bem como documentos/relatórios pertinentes ao assunto.

Ante o exposto e em atendimento a recomendação da Auditoria realizada na folha de pagamento do SAAE, venho através deste, solicitar um parecer sobre a forma de pagamento correta do Trintenário.

Sem mais no momento, desde já aguardo retorno.

Atenciosamente,


Andreza Prestes
Gerente de Recursos Humanos - SAAE

ad. 146
ad. 128

Parecer nº. 37/2018/JUR.

Assunto: Pedido de esclarecimento sobre forma de pagamento do adicional trintenário

Interessado: Gerente de Recursos Humanos/SAAE

Ementa: Constitucional, Civil e Administrativo. Autarquia Municipal. Pedido de esclarecimento. Forma de pagamento de Trintenário. Relatório Técnico.

I – Relatório

Trata-se de pedido elaborado pela Gerente de Recursos Humanos do SAAE, que solicita Parecer Jurídico sobre a forma correta do pagamento do adicional de trintenário “..no que tange o item 4.2.4 – bem como dos trintenários pagos em desconformidade com a legislação.”, fazendo alusão a o “Relatório Técnico de Auditoria, realizada na folha de apagamento do SAAE...”

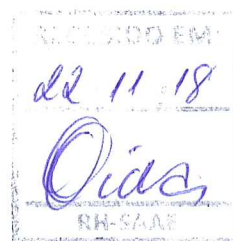
Junta relatórios de servidores que recebem Trintenário, e onde se constata a existência três formas de cálculos do referido adicional, de acordo com a incidência sobre valores das folhas de pagamento, como se verifica dos documentos (RELATÓRIOS) juntados.

Tudo visto, passo à análise:

II - Dos fatos

Em análise do referido pedido de parecer, temos a informar que, o adicional de trintenário, recentemente mantido na Lei Complementar 192/2016, diz em seu artigo 146 e parágrafo:

Art. 146 Ao completar **30 (trinta)** anos de serviço, o servidor integrante do quadro efetivo e do quadro especial, terá direito ao adicional de 20% sobre a remuneração, desde que conte com o mínimo de 25 (vinte e cinco) anos no serviço público municipal de Sete Lagoas.



Parágrafo único. Não será permitida a acumulação deste adicional com outro de mesma natureza.

Assim, existe previsão legal para o pagamento.

Entretanto, embora na CI em comento a solicitante não tenha definido qual a “..desconformidade com a legislação..”, é efetuado o pagamento do aludido adicional, em reunião com a solicitante, fomos informados que trata-se de situações em que o pagamento do adicional incide sobre determinados valores nas folhas de pagamento, criando-se assim, três formas diferenciadas de pagamentos, como se de documentos anexos, onde se aplica o percentual sobre determinadas vantagens para uns, em outras para outros e em uma terceira, para outros servidores.

Logo, realmente, ao que parece os cálculos encontram-se equivocados, senão vejamos:

Conforme se aúfere dos relatórios juntados, o adicional de trintenário, em alguns casos, incide sobre:

1ª FORMA -

Vencimento básico;
triênio,
insalubridade/periculosidade
adicional noturno;

2ª FORMA -

Vencimento básico;
triênio,
insalubridade/periculosidade
adicional noturno;

gratificação de empenho,

gratificação de escolaridade,

gratificação da Lei 115,

Gratificação de 160



Coordenadoria

Apostilamento/coordenadoria

3ª FORMA -

Vencimento básico;

triênio,

insalubridade/periculosidade

adicional noturno;

gratificação de empenho.

gratificação de escolaridade.

gratificação da Lei 115.

Gratificação de 160

Coordenadoria

Apostilamento/coordenadoria

vintenário.

O adicional do **TRINTENÁRIO** é previsto na LC 82/2002 (DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO URBANO - SAAE) que em seu artigo 15 que diz:

Art. 15 Além do vencimento do cargo, o servidor poderá auferir os seguintes direitos e vantagens e benefícios, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sete Lagoas:

2) **TRINTENÁRIO** - Ao completar trinta anos de serviço, ou antes disto, se implementado o interstício necessário para a aposentadoria integral por tempo de serviço, o servidor estável no serviço público e o efetivo, terão direito ao adicional de 20% sobre a remuneração, desde que conte com o mínimo de vinte e cinco anos no Serviço Público Municipal de Sete Lagoas.

Por seu turno, a mesma LC 82/2003 define no artigo 13, a remuneração como sendo:

Art. 13 Remuneração é o vencimento do cargo acrescido de



vantagens, permanentes ou temporárias, de ordem pecuniária atribuídas por Lei ao servidor.

Logo, em tese, o cálculo do TRINTENÁRIO incide sobre toda a remuneração do servidor, contudo, algumas vantagens de ordem pecuniária, foram criadas por leis específicas, que trazem em seu bojo, explicitamente, a IMPOSSIBILIDADE DE SE INCORPORAREM PARA FINS DE CALCULO DE OUTRAS VANTAGENS.

Analizando o caso em tela, mormente o relatório emitido pelo RH, percebe-se que várias das vantagens pecuniárias/gratificações, (cópias anexas), como dito anteriormente, foram criadas por leis que vedam a possibilidade de se acumularem com outras vantagens, senão vejamos individualmente:

Gratificação de empenho - Lei 6.822 de 08/09/2003 - artigo 10. **NÃO INCORPORA**
Gratificação de escolaridade - LC 144/2011 - altera artigo 15, § 5º da LC 82/2003 **NÃO INCORPORA**

Gratificação da Lei 115, - LC 115/2007 - altera artigo 15 § 2º da LC 82/2003 - SOBRE VENCIMENTO BASICO EXCLUI VANTAGENS

Gratificação de 160 - LC 191/2016 - altera artigo 15, § 9º da LC 82/2003. **NÃO INCORPORA**

Coordenadoria - lei 6833 de 01/10/2003, ver Artigo 21 da LC 82/2003 . **NÃO INCORPORA**

Apostilamento - ENTENDO que, o instituo do apostilamento, como diz a LC 84/2004, alatera o vencimento do servidor. Logo, os cálculos vantagens feitos sobre vencimentos. Assim, incide o calculo do trintenário incide sobre o apostilamento, smj.

Vintenário -Entendo, que NÃO PODE HAVER PAGAMENTO DOS DOIS ADICIONAIS, trintenário e vintenário, ao mesmo tempo a um mesmo servidor, por ambos se tratarem de adicional por tempo de serviço, por ser ato vedado pelo art. 37, inc. XIV, da CR/88., devendo ser analisado, cada caso de forma individualizada, **atendendo-se os preceitos legais sura citados.**

Isto posto, entendo, salvo melhor juízo, que calculo do trintenário **NÃO INCIDE** sobre as seguintes vantagens/gratificações:



Gratificação de empenho - Lei 8.822 de 08/09/2003 - artigo 10*.

Gratificação de escolaridade - LC 144/2011 - altera artigo 15, § 5º da LC 82/2003*

Gratificação da Lei 115, - LC 115/2007 - altera artigo 15 § 2º da LC 82/2003*

Gratificação de 160 - LC 191/2016 - altera artigo 15, § 9º da LC 82/2003.*

Coordenadoria - lei 6833 de 01/10/2003, ver Artigo 21 da LC 82/2003*

Vintenário - (parecer 38/2018 juridico/SAAE)

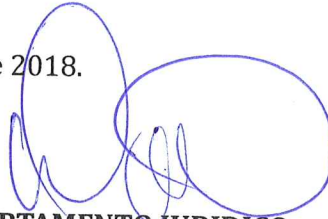
*Cópia de todas as leis seguem anexas.

III - CONCLUSÃO

Desta forma, entendo que o adicional de TRINENÁRIO, não incide sobre as gratificações, vintenário e coordenadorias, citadas acima.

Este é o nosso entendimento e opinião fundados nos fatos e motivos *suso* citados, o qual submeto ao crivo do douto Presidente da Autarquia para apreciação e deliberação, solicitando, que seja o mesmo submetido à Procuradoria Geral do Município, nos termos do artigo 21 da Lei Complementar 143/2011, smj, até mesmo por envolver situações no âmbito da Administração Direta do Município.

Sete Lagoas, 19 de novembro de 2018.



DEPARTAMENTO JURIDICO

WANDERLEY SANTOS

Proc. Municipal/SAAE

OAB/MG nº. 74956

Dr. Anderson
Procurador Geral
23/11/18